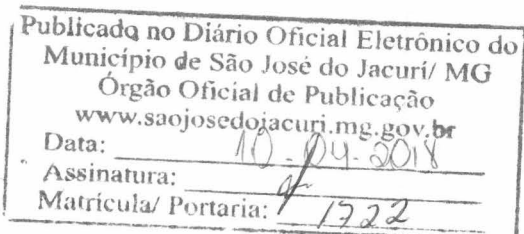


PREFEITURA MUNICIPAL DE SÃO JOSÉ DO JACURI
ESTADO DE MINAS GERAIS

CNPJ: 18.409.201/0001-02 – End.: Rua Dr. Simão da Cunha, nº 77, Centro – Cep.: 39.707-000

LEI MUNICIPAL Nº1.049, DE 05 DE ABRIL DE 2018.



“Altera Lei complementar nº. 827/2008, que dispõe sobre a contratação por tempo determinado para atender a necessidade temporária de excepcional interesse público, nos termos do inciso IX do artigo 37 da Constituição Federal e da outras providências.”

A Câmara Municipal de São José do Jacuri – Estado de Minas Gerais, aprovou e eu, Prefeito Municipal, sanciono a seguinte lei:

Art. 1º. Fica alterado o inciso III, do artigo 2º. da Lei Complementar nº.827, de 04 de setembro de 2008, passando a vigorar com a seguinte redação:

“Art.2º -;

I -;

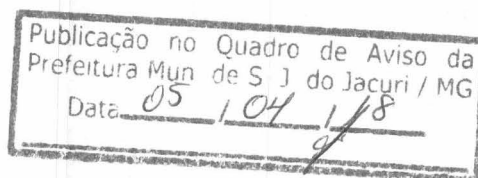
II -;

III – atendimento a programas Federais e Estaduais ou Municipais de duração temporária, como Estratégia Saúde da Família - ESF, Serviço de Proteção e Atendimento Integral à Família (Paif) – CRAS; Serviço de Proteção e Atendimento Especializado a Famílias e Indivíduos (Paefi) – CREAS; Cadastro Único para Programas Sociais do Governo Federal (CadÚnico), Programa de Erradicação do Trabalho Infantil (Peti) e similares.”

Art.2º. Fica alterado o artigo 3º da Lei Municipal nº.827, de 04 de setembro de 2008, passando a vigorar com a seguinte redação:

“Art.3º. A contratação para atender as situações previstas nos incisos I e II do artigo anterior, será dispensado processo seletivo público e a situação prevista no inciso III, do artigo anterior, necessitará de processo seletivo público.”

Art. 3º. Fica alterado o inciso I e incluído o inciso II, no artigo 4º. da Lei Complementar nº.827, de 04 de setembro de 2008, passando a vigorar com a seguinte redação:





PREFEITURA MUNICIPAL DE SÃO JOSÉ DO JACURI
ESTADO DE MINAS GERAIS

CNPJ: 18.409.201/0001-02 – End.: Rua Dr. Simão da Cunha, nº 77, Centro – Cep.:39.707-000

“Art. 4º.....

I – até 12 (doze) meses, no caso dos incisos I, II do artigo 2º. desta lei.

II – até 24 (vinte e quatro) meses, prorrogável pelo mesmo período, através de processo seletivo público, no caso do inciso III, do artigo 2º desta lei.”

Art. 4º. Fica alterado o caput do artigo 2-A e incluído no inciso I a aliena “I”, com a criação da função pública de Técnico de Referência do CREAS, na Lei Complementar nº.827, de 04 de setembro de 2008, passando a vigorar com a seguinte redação:

Art.2º-A - Fica criada a função pública para atendimento dos Programas do Governo Federal PAIF - (CRAS), CREAS e PROJOVEM desenvolvidos no âmbito administrativo da Secretaria Municipal de Assistência Social do Município de São José do Jacuri/MG:

I - Para atendimento do disposto no caput, deste artigo, ficam criadas as funções públicas abaixo relacionadas:

- a) Digitador(a)Bolsa Família*
- b) Oficineiro(a) PROJOVEM Esporte e Lazer;*
- c) Oficineiro(a) PROJOVEM Arte e cultura*
- d) Oficineiro(a) (PAIF) manicure e pedicure*
- e) Oficineiro(a) (PAIF) artesanato*
- f)Oficineiro(a) (PAIF) musica e capoeira*
- g) Oficineiro (a) (PAIF) teatro*
- h)Orientador(a)Social (PROJOVEM)*
- i) Auxiliadora de oficina do PAIF*
- j) Coordenadora do CRAS*
- k) Auxiliadora (PROJOVEM)*
- l) Técnico de Referência (CREAS)*

Art. 5º - Fica alterado o art.7º da Lei Complementar nº. 827, de 04 de setembro de 2008, com alteração posterior, passando a vigorar com a seguinte redação:

“Art.7º - A remuneração do funcionário contratado nos termos desta lei será fixada em importância igual ao valor do vencimento



PREFEITURA MUNICIPAL DE SÃO JOSÉ DO JACURI
ESTADO DE MINAS GERAIS

CNPJ: 18.409.201/0001-02 – End.: Rua Dr. Simão da Cunha, nº 77, Centro – Cep.:39.707-000

constante no anexo I desta lei, na falta de previsão da função no descritas no Anexo I, será fixado o valor constante dos planos de cargos e vencimentos do serviço público municipal, para servidor que desempenhe função semelhante ou, não existindo a semelhança, as condições previstas no mercado de trabalho.”

Art. 6º. Fica acrescentado no Anexo I, da Lei Complementar nº. 827, de 04 de setembro de 2008, a função pública de **Técnico de Referência do CREAS** e aumentado os valores de vencimento dos cargos de: Digitador (a) Bolsa Família, Oficineiro(a) Projovem Esporte e Lazer, Oficineiro(a) Projovem Arte e cultura, Oficineiro(a) (PAIF) artesanato, Oficineiro(a) (PAIF) música e capoeira, Oficineiro (a) (PAIF) manicure e pedicure, Oficineiro (a) (PAIF) teatro, Orientador Social (PROJOVEM), Auxiliadora de oficina (PAIF), Coordenadora (CRAS), Auxiliadora (PROJOVEM) para o valor de R\$954,00 (novecentos e cinquenta e quatro reais), passando a vigorar com a seguinte redação:

ANEXO I

FUNÇÃO	QUANT.	NÍVEL ESCOLARIDADE PROVIMENTO	CARGA HORÁRIA SEMANAL	VENCIMENTO MENSAL
Digitador (a) Bolsa Família	02	Nível – Ensino Médio com experiência em informática	40 hs	R\$954,00
Oficineiro(a) Projovem Esporte e Lazer	02	Nível – Ensino Médio	40 hs	R\$954,00
Oficineiro(a) Projovem Arte e cultura	02	Nível – Ensino Médio	40 hs	R\$954,00
Oficineiro(a) (PAIF) artesanato	02	Nível - Ensino Fundamental Completo - com habilidades em artesanato	40 hs	R\$954,00
Oficineiro(a) (PAIF) música e capoeira	02	Nível - Ensino Fundamental Completo - com habilidades em música e capoeira	40 hs	R\$954,00
Oficineiro (a) (PAIF) manicure e	02	Nível - Ensino Fundamental Completo - com habilidades	40 hs	R\$954,00



PREFEITURA MUNICIPAL DE SÃO JOSÉ DO JACURI
ESTADO DE MINAS GERAIS

CNPJ: 18.409.201/0001-02 – End.: Rua Dr. Simão da Cunha, nº 77, Centro – Cep.:39.707-000

pedicure		manuais		
Oficineiro (a) (PAIF) teatro	02	Nível - Ensino Fundamental Completo - com habilidades artes cênicas	40 hs	R\$954,00
Orientador Social (PROJOVEM)	02	Nível – Ensino Superior em Serviço Social ou Pedagogia	40 hs	R\$954,00
Auxiliador(a) de oficina (PAIF)	02	Nível – Ensino Superior em Serviço Social ou Pedagogia	40 hs	R\$954,00
Coordenador(a) (CRAS)	01	Nível - Ensino Superior em Pedagogia e outros de acordo com a NOB/SUAS	40 hs	R\$954,00
Auxiliador(a) (PROJOVEM)	02	Nível - Ensino Superior em Serviço Social ou Pedagogia	40 hs	R\$954,00
Técnico Referência CREAS	01	Nível - Ensino superior com graduação em Direito, Psicologia ou em serviço Social	30 hs	R\$2.000,00

Art. 7º. Fica acrescentado no **Anexo II**, da Lei Complementar nº. 827, de 04 de setembro de 2008, a atribuição da função pública de Técnico de Referência do CREAS, passando a vigorar com a seguinte redação:

TÉCNICO DE REFERÊNCIA DO CREAS:

Escolaridade mínima de nível superior, com formação em Serviço Social, Psicologia, Direito; Conhecimento da legislação referente à política de Assistência Social, direitos socioassistenciais e legislações relacionadas a segmentos específicos (crianças e adolescentes, idosos, pessoas com deficiência, mulheres etc.); Conhecimento da rede socioassistencial, das políticas públicas e órgãos de defesa de direitos; Conhecimentos teóricos, habilidades e domínio metodológico necessários ao desenvolvimento de trabalho social com famílias e indivíduos em situação de risco pessoal e social, por violação de direitos (atendimento individual, familiar e em grupo); Conhecimentos e desejável experiência de trabalho em equipe interdisciplinar, trabalho em rede e atendimento a famílias e indivíduos em situação de risco pessoal e social, por violação de direitos; Conhecimentos e habilidade para escuta qualificada das famílias/indivíduos. Principais Atribuições: Acolhida,



PREFEITURA MUNICIPAL DE SÃO JOSÉ DO JACURI
ESTADO DE MINAS GERAIS

CNPJ: 18.409.201/0001-02 – End.: Rua Dr. Simão da Cunha, nº 77, Centro – Cep.:39.707-000

escuta qualificada, acompanhamento especializado e oferta de informações e orientações; Elaboração, junto com as famílias/indivíduos, do Plano de acompanhamento Individual e/ou Familiar, considerando as especificidades e particularidades de cada um; Realização de acompanhamento especializado, por meio de atendimentos familiar, individuais e em grupo; Realização de visitas domiciliares às famílias acompanhadas pelo CREAS, quando necessário; Realização de encaminhamentos monitorados para a rede socioassistencial, demais políticas públicas setoriais e órgãos de defesa de direito; Trabalho em equipe interdisciplinar; Orientação jurídico-social (advogado); Alimentação de registros e sistemas de informação sobre das ações desenvolvidas; Participação nas atividades de planejamento, monitoramento e avaliação dos processos de trabalho; Participação das atividades de capacitação e formação continuada da equipe do CREAS, reuniões de equipe, estudos de casos, e demais atividades correlatas; Participação de reuniões para avaliação das ações e resultados atingidos e para planejamento das ações a serem desenvolvidas; para a definição de fluxos; instituição de rotina de atendimento e acompanhamento dos usuários; organização dos encaminhamentos, fluxos de informações e procedimentos. Essas categorias profissionais de nível superior poderão integrar as equipes de referência considerando a necessidade de estruturação e composição, a partir das especificidades e particularidades locais e regionais, do território e das necessidades dos usuários, com a finalidade de aprimorar e qualificar os serviços socioassistenciais; contribuir para o fortalecimento da família no seu papel de proteção; Incluir famílias no sistema de proteção social e nos serviços públicos; Contribuir para acabar com as violações de direitos na família; Prevenir a reincidência de violações de direitos

Art. 8º. Esta lei entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

São José do Jacuri, 05 de abril de 2018


Claudio José Santos Rocha
Prefeito Municipal